



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

ST
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0001396-35.2009.8.17.1590 (278413-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : MANUELA VASCONCELOS DE ANDRADE
AGRAVADO : MARIA JOSÉ URBANO DA FONSECA
ADVOGADO : DÁRIO DE LIMA MAGALHÃES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DIREITO À GRATIFICAÇÃO NATALINA, ÀS FÉRIAS E AO RESPECTIVO ADICIONAL DE UM TERÇO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

I. O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que visa à restituição de descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento do servidor contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

II. Consoante o disposto no Decreto 20.910/32, norma específica adotada no âmbito da Administração, nas ações contra a Fazenda Pública, aplica-se o prazo prescricional quinquenal.

III. Independente do disposto em lei municipal, deve-se estender os direitos sociais, tais como férias e adicional de um terço, aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Precedente do eg. Supremo Tribunal Federal e do col. Superior Tribunal de Justiça.

IV. De acordo com o art. 167 do Código Tributário Nacional e a Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça, tem-se como termo *a quo* aplicável aos juros de mora a data do trânsito em julgado da sentença.

V - Agravo Legal desprovido.

[Assinatura manuscrita]

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os
excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara
de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em
conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do
relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 09 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

159
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0001396-35.2009.8.17.1590 (278413-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : MANUELA VASCONCELOS DE ANDRADE
AGRAVADO : MARIA JOSÉ URBANO DA FONSECA
ADVOGADO : DÁRIO DE LIMA MAGALHÃES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de Agravo Legal interposto pelo Município de Vitória de Santo Antão em combate à decisão monocrática que, com esteio no art. 557 do Código de Ritos, deu parcial provimento ao recurso de apelação nº 278413-4.

2. Por meio da atenta leitura dos autos, observa-se que a Parte Autora, ora Agravada, foi admitida mediante contrato temporário por excepcional interesse público para exercer a função de merendeira no período compreendido entre junho de 2003 a dezembro de 2008.

Entretanto, sustenta a Autora que, muito embora tenha ocorrido a extinção do seu contrato de trabalho pela Administração Municipal, esta não adimpliu com todas as verbas supostamente devidas.

3. Às fls. 70/73, foi proferida sentença pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, que julgou parcialmente procedente a ação, condenando: i) o Município de Vitória de Santo Antão ao pagamento das verbas devidas a título de férias, terço constitucional e gratificação natalina; e ii) solidariamente o referido Município e a autarquia municipal VITORIAPREV à restituição das verbas previdenciárias indevidamente descontadas em folhas de pagamento.

A referida sentença ainda determinou que os valores devidos deveriam ser monetariamente corrigidos a partir do vencimento de cada parcela. Ademais, fixou em 0,5% ao mês os juros de mora incidentes sobre o montante devido.

4. Irresignado, o Município de Vitória de Santo Antão interpôs recurso de apelação, que, com esteio no art. 557 do Código de Processo Civil, foi parcialmente provido tão somente para determinar que o termo *a quo* dos juros de mora incidentes sobre a restituição das contribuições previdenciárias descontadas indevidamente pela Municipalidade fosse a data do trânsito em julgado da sentença, conforme inteligência da Súmula 188 do col. Superior Tribunal de Justiça.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

5. Em consequência, a Municipalidade ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta col. Corte de Justiça.

Defende, em síntese, o Município Agravante: i) a sua ilegitimidade passiva; ii) a aplicação ao caso da prescrição bienal ou da trienal, previstas no art. 206 do Código Civil; e iii) a impossibilidade de recolhimento de verbas indenizatórias por absoluta ausência de previsão legal.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Município de Vitória de Santo Antão que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do Código de Processo Civil, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente Agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife, 09 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



161
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO N. 0001396-35.2009.8.17.1590 (278413-4)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
ADVOGADO : MANUELA VASCONCELOS DE ANDRADE
AGRAVADO : MARIA JOSÉ URBANO DA FONSECA
ADVOGADO : DÁRIO DE LIMA MAGALHÃES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. DIREITO À GRATIFICAÇÃO NATALINA, ÀS FÉRIAS E AO RESPECTIVO ADICIONAL DE UM TERÇO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

I. O Município é parte legítima para figurar no polo passivo da ação que visa à restituição de descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento do servidor contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal.

II. Consoante o disposto no Decreto 20.910/32, norma específica adotada no âmbito da Administração, nas ações contra a Fazenda Pública, aplica-se o prazo prescricional quinquenal.

III. Independente do disposto em lei municipal, deve-se estender os direitos sociais, tais como férias e adicional de um terço, aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal. Precedente do eg. Supremo Tribunal Federal e do col. Superior Tribunal de Justiça.

IV. De acordo com o art. 167 do Código Tributário Nacional e a Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça, tem-se como termo *a quo* aplicável aos juros de mora a data do trânsito em julgado da sentença.

V - Agravo Legal desprovido.

Vistos e examinados etc.

1. Não obstante os argumentos coligidos pelo Município Agravante, entendo que a decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, uma vez que esta encontra-se em plena consonância com a remansosa jurisprudência desta eg. Corte de Justiça Estadual.

2. Consoante se depreende dos autos, trata-se de ação de cobrança de verbas oriundas de liame de natureza jurídico-administrativa, mantido entre os

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Município Agravante e a Agravada, por meio de contrato por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX do pergaminho magno de 1988.

3. Inicialmente, cuido não merecer guarida a alegação de ilegitimidade da Municipalidade em responder pelos descontos indevidamente realizados na folha de pagamento da Parte Autora.

Explico.

Nos termos do art. 4º, alínea "e", da Lei de nº 2.861/2001, editada pelo Município de Vitória de Santo Antão, os contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme autoriza o art. 37, IX, da Constituição Federal, ficam vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Entretanto, o Município, além de promover o desconto da contribuição previdenciária destinada ao Regime Geral da Previdência Social (INSS), descontou indevidamente da remuneração da Autora/Agravada a contribuição previdenciária para custeio do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município (gerido pela VITORIAPREV).

Sendo assim, não há como afastar a responsabilidade do Município, ora Agravante, pelos descontos indevidamente realizados, a título de contribuição previdenciária, na folha de pagamento da Autora/Agravada, mostrando-se, portanto, como parte legítima para figurar, solidariamente, no polo passivo da ação, quanto a tal pleito.

Nesse sentido tem decidido esta col. Corte de Justiça Estadual:

RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. CONDENAÇÃO À DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. NÃO CABIMENTO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE.

(...)

4-No tocante a contribuição previdenciária repassada ao VITORIAPREV e da devolução dos valores cobrados, resta claro que o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que a autora já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIAPREV, destinado a segurar, exclusivamente, os

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

162
12



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

servidores efetivos do Município. Portanto, não há como excluir da lide a Municipalidade;

5-Ora, o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que a autora já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITÓRIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município;

(...)

(TJPE, RA 244289-3/01, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 1ª Câmara de Direito Público, Julgado em 22.05.2012).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA QUE DEU PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO EFETUADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO QUANTO AOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS A TÍTULO DE VITÓRIAPREV EFETUADOS NA FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIO. FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO NATALINA DEVIDAS. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA 188 DO STJ. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE POR UNANIMIDADE.

(TJPE, RA 0251804-1/01, rel. Des. Antenor Cardoso Soares Júnior, 1ª Câmara de Direito Público, Julgado em 18.05.2012).

4. Não merece prosperar ainda o pleito recursal no que concerne à aplicação da prescrição trienal, prevista no art. 206, §3º, do Código Civil.

O Decreto 20.910/32, que regula o prazo prescricional dos débitos da Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, prevê em seu art. 1º que todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originar¹.

Destarte, em sendo o Decreto 20.910/32 uma norma específica aplicada no âmbito da administração pública, não pode ser derogada por norma geral, aplicável aos particulares; de sorte que, nas ações contra a Fazenda Pública, deve ser aplicável o prazo quinquenal de prescrição previsto no Decreto supracitado.

¹ Decreto 20.910/32, art. 1º: "As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem."

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Tal entendimento encontra-se consolidado pelo col. Superior Tribunal de Justiça, conforme se pode observar:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL.

- 1. É de cinco anos o prazo para a pretensão de reparação civil do Estado.*
 - 2. Precedente da Primeira Seção (AgRgREsp nº 1.149.621/PR, Relator Ministro Benedito Gonçalves, in Dje 18/5/2010).*
 - 3. Embargos de divergência rejeitados.*
- (STJ, EREsp 1.081.885/RR, rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, Dje 01.02.2011).

Por oportuno, trago à baila trecho do voto condutor do Min. Hamilton Carvalhido, exarado nos seguintes termos:

"Não obstante, é de se preservar o entendimento desta Corte Superior de Justiça consolidado pela prescrição quinquenal ainda na vigência do Código Civil de 1916, eis que o Código Civil disciplina o prazo prescricional para a pretensão de reparação civil, tratando-se, contudo, de diploma legislativo destinado a regular as relações entre particulares, não tendo invocação nas relações do Estado com o particular.

Demais disso, é de se ter em conta que historicamente previu-se o prazo prescricional quinquenal para as pretensões deduzidas contra a Fazenda Pública.

(...)

Percebe-se, assim, que o prazo prescricional quinquenal é uma tendência nas disposições legislativas estatuídas em direito público e que encontra guarida na doutrina e jurisprudência pátrias."

5. Quanto ao mérito propriamente dito, cuido que a decisão recorrida não merece reforma, no tocante à condenação do Município Agravante no pagamento de gratificação natalina, férias e seus respectivos terços constitucionais.

A Autora/Agravada foi contratada por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da Constituição Federal), exercendo a função de merendeira, de junho de 2003 a dezembro de 2008.

Independente do disposto na lei municipal que regula o regime jurídico, é devida a extensão dos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal aos contratados temporariamente, nos moldes estabelecidos pelo art.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



165
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

37, inciso IX, da Constituição Federal, tal como o direito à gratificação natalina, às férias e ao seu respectivo adicional de um terço.

A propósito, o eg. Supremo Tribunal Federal vem se manifestando favoravelmente à extensão dos direitos sociais aos contratados temporariamente, conforme se observa:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITOS SOCIAIS PREVISTOS NO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. EXTENSÃO AO SERVIDOR CONTRATADO TEMPORARIAMENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os servidores contratados em caráter temporário têm direito à extensão de direitos sociais constantes do art. 7º do Magno Texto, nos moldes do inciso IX do art. 37 da Carta Magna.

2. Agravo regimental desprovido.

(STF, ARE-AgR 663.104, rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 19.3.2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL. DIREITOS SOCIAIS. DÉCIMO TERCEIRO E TERÇO DE FÉRIAS. APLICABILIDADE A CONTRATOS TEMPORÁRIOS SUCESSIVAMENTE PRORROGADOS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(STF, ARE-AgR 649.393, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 14.12.2011).

CONSTITUCIONAL. LICENÇA-MATERNIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO. SUCESSIVAS CONTRATAÇÕES. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 7º, XVIII DA CONSTITUIÇÃO. ART. 10, II, b do ADCT. RECURSO DESPROVIDO.

A empregada sob regime de contratação temporária tem direito à licença-maternidade, nos termos do art. 7º, XVIII da Constituição e do art. 10, II, b do ADCT, especialmente quando celebra sucessivos contratos temporários com o mesmo empregador.

Recurso a que se nega provimento.

(STF, RE 287.905, rel. Min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 30.6.2006).

Outro não é o entendimento desta col. Corte de Justiça:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. FÉRIAS E 13º MÊS.

Considerando o caráter administrativo dos contratos celebrados com apoio no art. 37, IX, da CF, não há se negar a improcedência dos pedidos.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



166
R

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

referentes àquelas parcelas de exclusiva natureza trabalhista. O que, evidentemente, não inclui o 13º mês e férias, constitucionalmente assegurados aos servidores públicos em geral e extensivos àqueles contratados pela administração em caráter temporário. Improvimento da remessa necessária, restando prejudicado o recurso voluntário.

(TJPE, AC 36049-0, rel. Des. Márcio Xavier, 5ª Câmara Cível, julgado em 15.05.2001).

6. No tocante aos juros de mora incidentes sobre a restituição previdenciárias descontadas indevidamente da remuneração, entendo que estes deverão incidir a partir do trânsito em julgado da sentença.

Explico.

A Primeira Seção do col. Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.086.935/SP, sob a sistemática do art. 543-C do Código Processo Civil, reafirmou o entendimento, que já adotara em outros precedentes sobre o mesmo assunto, segundo o qual, nos termos do art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional² e da Súmula 188/STJ³, "os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença" e tal regime é aplicável à repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também possuem natureza tributária.

O referido acórdão encontra-se assim ementado:

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. NATUREZA TRIBUTÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO.

1. Nos termos do art. 167, parágrafo único do CTN e da Súmula 188/STJ, "Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença". Tal regime é aplicável à

² Código Tributário Nacional,

Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

³ STJ, Súmula nº 188 – 11/06/1997 – DJ 23.06.1997

Juros Moratórios – Repetição de Indébito Tributário – Trânsito em Julgado da Sentença

Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



167
P

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

repetição de indébito de contribuições previdenciárias, que também têm natureza tributária.

2. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

(STJ, REsp. 1.086.935/SP, rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 12.11.2008).

7. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 09 de ABRIL de 2013.


Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator